



Anexo

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

### CAPÍTULO I - DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a **aquisição de materiais gráficos (cartilhas eleitorais no idioma guarani)**, conforme especificações contidas neste Termo de Referência, doravante denominados apenas materiais, para atender as necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral.
2. A aquisição desses materiais será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, para aquisição imediata, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.

### CAPÍTULO II - DA JUSTIFICATIVA

1. A Escola Judiciária Eleitoral objetiva efetivar ação de cidadania, consistente na entrega de cartilhas eleitorais, no idioma guarani, aos cidadãos indígenas do Estado, com a finalidade de informação e conscientização dos referidos brasileiros acerca de temas afetos à Justiça Eleitoral.
2. Muito embora a solução costumeiramente adotada, em tempos de pandemia como os atuais, seja a disponibilização de cartilhas no formato digital para acesso dos cidadãos em geral, essa contratação específica visa atender a cidadãos indígenas aldeados, de costumes simples, muitos dos quais sem acesso à Internet, de modo que o meio mais adequado para transmitir-lhes as informações de interesse da Justiça Eleitoral são as cartilhas impressas.
3. Desta forma, para a realização da pretensa ação, faz-se necessária a impressão do referido material, na quantidade de 8.000 (oito mil) unidades, a serem distribuídas às comunidades indígenas do Estado que falam a língua guarani.
4. A Cartilha Eleitoral do TRE-MS no idioma guarani versará sobre o funcionamento da urna eletrônica e do processo eleitoral, bem como sobre voto branco, voto nulo e abstenção, funcionando como importante fonte de informação e divulgação junto ao público autóctone, acerca das eleições, contribuindo para o fortalecimento da democracia no País.

### CAPÍTULO III - DOS IMPRESSOS A SEREM CONFECCIONADOS

1. A descrição dos impressos está indicada a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS IMPRESSOS
01	<p><b>CARTILHA ELEITORAL NO IDIOMA GUARANI</b></p> <p><b>Quantidade:</b> 8.000 (oito mil) cartilhas;</p> <p><b>Capa:</b> 4/1;</p> <p><b>Gramatura da capa:</b> 115g;</p> <p><b>Papel da capa:</b> couche;</p> <p><b>Páginas:</b> 16 páginas;</p> <p><b>Tamanho das páginas:</b> Aberto A4;</p> <p><b>Miolo:</b> 4/4;</p> <p><b>Gramatura do miolo:</b> Off Set 90;</p> <p><b>Acabamento:</b> dobrado e grampeado.</p> <p><b>Projeto gráfico:</b> As artes finalizadas serão fornecidas pela Escola Judiciária Eleitoral de Mato Grosso do Sul (<b>vide Anexo II - Modelo de Carilha - ARTE</b>), assim como exemplares anteriores da cartilha que poderão ser disponibilizados para referência.</p> <p><b>Prova:</b> Necessidade de prova prévia da impressão completa do material.</p> <p><b>Demais condições:</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Além da impressão, as atividades a serem executadas a partir da arte disponibilizada por este tribunal, incluem: produção de provas gráficas; acabamento dos materiais impressos; embalagem/empacotamento dos materiais impressos para transporte e entrega dos materiais impressos no TRE.</li><li>2. A empresa deverá utilizar <b>papel certificado</b> (que possua manejo florestal ecologicamente correto e a rastreabilidade da</li></ol>

cadeia de custódia, como o Cerflor e FSC, por exemplo).

**3.** Para realizar a comprovação referida na **condição 2**, acima, a empresa deverá indicar a marca do papel que pretende utilizar na sua PROPOSTA ELETRÔNICA.

**3.1.** Caso seja necessário, o Pregoeiro poderá solicitar que a empresa envie a comprovação de que a marca indicada é certificada.

**3.2.** No momento da entrega final dos impressos, **a empresa vencedora deverá comprovar que utilizou a marca indicada na Proposta Eletrônica** (tal comprovação poderá dar-se mediante apresentação de nota fiscal de compra em nome da licitante, por exemplo).

**3.3.** A empresa poderá utilizar marca diversa da indicada na PROPOSTA ELETRÔNICA, desde que também seja certificada.

**3.4.** Caso a empresa utilize marca diversa da indicada na Proposta Eletrônica, deverá enviar juntamente com os impressos **a comprovação de qual marca foi de fato utilizada, bem como a comprovação da respectiva certificação.**

UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES SOBRE O VALOR TOTAL
CARTILHA	8.000	R\$ 0,69	R\$ 5.520,00	R\$ 1,00

1.1. Em caso de divergência entre a descrição do material indicada no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. Além da impressão, as atividades a serem executadas a partir da arte disponibilizada por este Tribunal, incluem: produção de provas gráficas; acabamento dos materiais impressos; embalagem/empacotamento dos materiais impressos para transporte e entrega dos materiais impressos no TRE.

#### **CAPÍTULO IV – DO FORNECIMENTO DOS IMPRESSOS**

1. A Escola Judiciária Eleitoral de Mato Grosso do Sul encaminhará o modelo da arte a ser impressa em meio impresso ou arquivo eletrônico (criado em aplicativos como Adobe Illustrator, Adobe Photoshop e Adobe InDesign, dentre outros).

2. Recebida a nota de empenho e a arte fornecidos pelo TRE/MS, a empresa fornecedora deverá elaborar **a prova da impressão completa do material** e encaminhá-la aos cuidados da fiscalização, que será composta por servidores lotados na **Escola Judiciária Eleitoral**, na sede do TRE/MS, sita na Rua Des. Leão Neto do Carmo, n.º 23 – Parque dos Poderes, CEP 79037-100, Campo Grande - MS.

2.1. Após o recebimento da prova da impressão completa do material a fiscalização fará a análise no prazo de 1 (um) dia útil.

3. Aprovada a prova da impressão, a fiscalização informará à empresa para que providencie a confecção e a entrega da totalidade constante na Nota de empenho.

3.1. Em caso de reprovação da prova da impressão completa, a fiscalização apontará a(s) desconformidade(s) verificada(s), e notificará a empresa sobre a necessidade do envio de nova prova, que será analisada no prazo estipulado na cláusula 2.1.

3.2. Caso a fiscalização exceda o prazo indicado na cláusula 2.1, o excesso de prazo não será computado no prazo de entrega da empresa fornecedora.

4. O prazo máximo de entrega dos impressos é de **30 dias corridos**, contados do recebimento da nota de empenho ou do recebimento da arte, o que ocorrer por último.

**4.1. Fica a licitante vencedora obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, no 1º dia útil seguinte ao seu envio.**

**4.2. Juntamente com os impressos, deverá enviar a comprovação da marca do papel utilizada e, caso seja diferente da indicada na PROPOSTA ELETRÔNICA, deverá enviar também a comprovação da certificação exigida no Capítulo III.**

5. O prazo indicado na cláusula 4 inclui o período necessário à elaboração da prova da impressão completa pela empresa e à sua aprovação pelo TRE/MS, ressalvada a disposição constante da cláusula 3.2 deste Capítulo.

5.1. Caberá à fiscalização o controle do cumprimento do prazo de entrega por parte da empresa fornecedora, devendo informar à Administração os casos de descumprimento para fins de análise de aplicação de sanções administrativas.

6. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

6.1. A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a

ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

7. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

8. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

#### **CAPÍTULO V – DO RECEBIMENTO DOS IMPRESSOS**

1. A empresa fornecedora deverá entregar o material na Escola Judiciária Eleitoral de Mato Grosso do Sul, sita na Rua Des. Leão Neto do Carmo, n.º 23 – Parque dos Poderes, CEP 79037-100, Campo Grande /MS, no horário de 12h às 17h30, de segunda a sexta-feira, sendo que eventual necessidade de contato pode ser feito pelos telefones (67) 2107.7016, (67)2107.7020 ou (67) 98412.2128.

2. O **recebimento provisório** será pela fiscalização, no momento da entrega dos impressos, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

- a) os impressos deverão estar em suas respectivas embalagens, se cabível, com a indicação da quantidade na mesma;
- b) condições da embalagem e/ou do material;
- c) quantidade entregue;
- d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

3. Atendidas as condições indicadas na cláusula 2 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal ou em termo próprio.

3.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

4. O **recebimento definitivo** será realizado também pela fiscalização e deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

- a) verificação da qualidade do material;
- b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- c) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

**d) verificação da marca de papel utilizada e, caso seja diferente da marca indicada na proposta eletrônica, verificação da comprovação da respectiva certificação, conforme exigido no Capítulo III deste Termo de Referência.**

5. Verificada alguma falha na entrega do material, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 3 (três) dias úteis.

5.1. Ao prazo previsto nesta cláusula, aplica-se o disposto nas cláusulas 4 a 8 do Capítulo IV.

6. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

#### **CAPÍTULO VI – DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA**

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

#### **CAPÍTULO VII – DO PAGAMENTO**

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.

2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o recebimento definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.

3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \quad I = (6/100) / 365$ .

## **CAPÍTULO VIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).**

2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos literalmente indicados neste Termo de Referência, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

a) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;

b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência ou no atraso na entrega dos materiais em até 5 (cinco) dias.

3. Será aplicada **MULTA**:

a) de **1%** (um por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de **atraso no cumprimento dos prazos para encaminhamento da prova da impressão completa do material**, limitada ao montante de 10% (dez por cento), correspondente a 10 (dez) dias, podendo a Administração, motivadamente, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total, caso não haja justificativa plausível aceita;

b) de **0,5%** (zero vírgula cinco por cento), sobre o valor total da contratação, referente ao item e por dia de **atraso** superior a 5 dias, na **entrega do material**, contado desde o primeiro dia de atraso até o 30 (trigésimo) dia. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de aplicação de multa, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total da contratação, passível de rescisão;

c) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, por ocorrência, no caso de **atraso ou não emissão/encaminhamento do documento fiscal hábil (nota fiscal) necessário para pagamento**;

d) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total da contratação, caso a **entrega do material ou prestação do serviço esteja em desacordo com o contratado**, no aspecto quantitativo e/ou qualitativo ou caso a fornecedora **não queira aceitar qualquer** alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;

e) de **15%** (quinze por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de **desatendimento de cláusulas do Termo de Referência**;

f) de **20%** (vinte por cento) do valor total da contratação, se a contratada recusar-se a entregar o material, prestar o serviço sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições estabelecidas, levar o Tribunal ao **cancelamento da contratação**, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as

providências previstas nos subitens 3.2 e 3.3 abaixo;

3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

- a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;
- b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;
- c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

- a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, assinar a ata de registro de preços ou recusar receber Nota de Empenho;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- c) não manter a proposta no certame licitatório;
- d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;
- e) ensejar o retardamento do objeto contratado;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato

5. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

5.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

5.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

6. Da aplicação das sanções de multa e suspensão caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

7. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 5.

## **CAPÍTULO IX - DA FISCALIZAÇÃO**

1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal.

1.1. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

2. Caberá à fiscalização:

- a) requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;
- b) enviar a arte final para a apresentação da prova de impressão;
- c) analisar e aprovar a prova da impressão;
- d) verificar se a empresa utilizou papel certificado nos impressos;
- e) verificar eventuais falhas, erros ou não cumprimento de exigências estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência, solicitando a imediata correção por parte da contratada;
- f) exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada.
- g) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que

impliquem comprometimento da prestação dos serviços/fornecimento e/ou aplicação de penalidades previstas;

h) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

i) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração;

#### **CAPÍTULO X - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS**

1. Requisitar a entrega dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência.
2. Colocar à disposição da empresa todas as informações necessárias à entrega dos materiais.
3. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
4. Conferir o material fornecido, atestar as respectivas faturas e proceder à liquidação e ao pagamento dos materiais de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.
5. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
6. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.

#### **CAPÍTULO XI - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA**

1. Realizar a entrega dos materiais decorrentes desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência.
2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao material, sendo de inteira responsabilidade do licitante vencedor a contratação de funcionários necessários à sua perfeita execução.
4. O fornecedor fica, nos termos do §1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.
5. Receber os valores que lhe forem devidos pela entrega dos materiais, na forma disposta neste Termo de Referência.
6. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).
7. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades à pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS.
8. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
  - 8.1. O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso).
9. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

Campo Grande/MS.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JULIA DE ARRUDA MESTIERI, Analista Judiciário**, em 17/09/2021, às 12:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1087944** e o código CRC **B3DD5951**.